

- Nas questões a seguir, marque, para cada uma, a única opção correta, de acordo com o respectivo comando. Para as devidas marcações, use a **Folha de Respostas**, único documento válido para a correção das suas respostas.
- Eventuais espaços livres — identificados ou não pela expressão “**Espaço livre**” — que constarem deste caderno de provas poderão ser utilizados para rascunho.

PROVAS OBJETIVAS

-- CONHECIMENTOS GERAIS --

Texto CG2A1

A inteligência artificial (IA) está transformando a maneira como as políticas públicas são formuladas e implementadas em todo o mundo. A sua capacidade de processar grandes volumes de dados em alta velocidade e identificar padrões complexos oferece oportunidades para a melhoria da eficiência e da eficácia das ações governamentais, desde a otimização de serviços públicos até a formulação de políticas baseadas em evidências. Assim, a IA passou a ser considerada uma ferramenta essencial para os governos enfrentarem diversos desafios contemporâneos, como as mudanças climáticas e questões de saúde pública e segurança.

Uma das principais áreas de impacto da IA nas políticas públicas é a gestão de recursos públicos. As aplicações de IA podem analisar grandes quantidades de dados financeiros e operacionais, a fim de identificar ineficiências e desperdícios, e permitir uma melhor alocação de recursos. Além disso, essas tecnologias proporcionam a automação de processos burocráticos, para reduzir custos operacionais e possibilitar que os servidores públicos atuem em tarefas de maior valor agregado.

O Poder Judiciário é outro setor em que a IA tem um impacto crescente. As ferramentas são utilizadas para auxiliar juízes na tomada de decisões, o que reduz o tempo de tramitação dos processos e melhora a consistência das decisões judiciais. Contudo, isso leva a questões éticas e legais sobre a transparência e a imparcialidade dos algoritmos, bem como sobre o papel do ser humano na tomada de decisões judiciais.

De forma ampla, a administração pública é impactada pela IA, especialmente no que diz respeito à automação de processos e à análise de grandes volumes de dados. A análise de dados em tempo real permite que os gestores públicos tomem decisões mais informadas e respondam rapidamente a mudanças nas condições socioeconômicas. Contudo, a adoção da IA no setor público também exige uma reformulação das práticas regulatórias, para garantir que os benefícios sejam distribuídos de forma equitativa e que os riscos sejam adequadamente gerenciados.

Apesar dos diversos benefícios que a IA pode trazer para as políticas públicas, os desafios associados ao seu uso não podem ser ignorados. Questões controversas, como a discriminação algorítmica, a proteção da privacidade e de dados pessoais, a transparência e a responsabilidade, são fundamentais para o debate sobre a adoção de IA em políticas públicas.

Internet: <<https://revistajuridica.presidencia.gov.br>> (com adaptações).

Questão 1

De acordo com o texto CG2A1, a IA

- Ⓐ tem o potencial de substituir os servidores públicos em todas as tarefas.
- Ⓑ é considerada uma ferramenta essencial para a determinação dos desafios contemporâneos que devem ser enfrentados com prioridade.
- Ⓒ contribui para a eficiência e a eficácia das ações governamentais, dada a sua capacidade de processamento de dados e de identificação de padrões.
- Ⓓ é, atualmente, a melhor ferramenta para o incremento da eficiência e da eficácia das ações governamentais.
- Ⓔ formula políticas públicas baseadas em evidências.

Questão 2

Com base nas ideias do texto CG2A1 relativas às áreas impactadas pela IA, é correto afirmar que

- Ⓐ mudanças climáticas, saúde pública, segurança, gestão dos recursos públicos e justiça são as áreas que mais se beneficiam com o uso da IA.
- Ⓑ a utilização da IA no Poder Judiciário suscita questões éticas e legais.
- Ⓒ políticas sobre mudanças climáticas, saúde pública e segurança são as principais áreas escolhidas pelos governos para a aplicação da IA.
- Ⓓ a gestão dos recursos públicos e o Poder Judiciário são as áreas em que mais se utiliza a IA.
- Ⓔ o uso da IA na gestão de recursos públicos reduz o tempo de tramitação dos processos e melhora a consistência das decisões.

Questão 3

No que diz respeito ao uso da IA na administração pública, conclui-se das informações do texto CG2A1 que

- Ⓐ a análise de dados em tempo real pode acarretar benefícios concretos.
- Ⓑ a reformulação das práticas regulatórias tem sido negligenciada pelos governantes.
- Ⓒ os desafios relacionados ao uso da IA requerem ainda mais atenção que os benefícios gerados por ela.
- Ⓓ a automação de processos e a análise de grandes volumes de dados ainda estão em teste no Brasil.
- Ⓔ os riscos do uso da IA, de maneira geral, não estão sendo bem gerenciados.

Questão 4

De acordo com o texto CG2A1, questões como a discriminação algorítmica, a proteção da privacidade e de dados pessoais, a transparência e a responsabilidade

- Ⓐ devem ser debatidas pela população antes de serem consideradas em políticas públicas.
- Ⓑ devem tangenciar o debate relativo à adoção de IA em políticas públicas.
- Ⓒ comprometem o bom uso da IA em políticas públicas.
- Ⓓ são indispensáveis no debate acerca da adoção de IA em políticas públicas.
- Ⓔ são polêmicas e não devem ser associadas ao uso de IA em políticas públicas.

Questão 5

No trecho “desde a otimização de serviços públicos até a formulação de políticas baseadas em evidências” (segundo período do primeiro parágrafo do texto CG2A1), a expressão “desde a... até a” poderia ser substituída, sem prejuízo da correção gramatical e da coerência textual, por

- Ⓐ desde da... a.
- Ⓑ desde a... à.
- Ⓒ desde da... até à.
- Ⓓ desde à... à.
- Ⓔ de a... à.

Questão 6

Cada uma das seguintes opções apresenta uma proposta de reescrita para o primeiro período do segundo parágrafo do texto CG2A1. Assinale a opção em que a proposta apresentada mantém a correção gramatical, mas altera o sentido do texto.

- A** A gestão de recursos públicos é uma das principais áreas de impacto da IA nas políticas públicas.
- B** Dentre as principais áreas de impacto da IA, nas políticas públicas, incluem-se a gestão de recursos públicos.
- C** A gestão de recursos públicos, nas políticas públicas, estão entre as principais áreas de impacto da IA.
- D** Nas políticas públicas, uma das principais áreas de impacto da IA são a gestão de recursos públicos.
- E** Uma das principais áreas de impacto da IA é a gestão de recursos públicos nas políticas públicas.

Questão 7

No segundo período do segundo parágrafo do texto CG2A1, a expressão “a fim de” introduz uma oração que expressa circunstância de

- A** conclusão.
- B** causa.
- C** consequência.
- D** finalidade.
- E** concessão.

Questão 8

Assinale a opção em que a proposta de reescrita para o segundo período do terceiro parágrafo do texto CG2A1 mantém a correção gramatical e a coerência das ideias do texto.

- A** As ferramentas utilizadas para auxiliar juízes na tomada de decisões propõe-se a reduzir o tempo de tramitação dos processos, melhorando a consistência das decisões judiciais.
- B** As ferramentas são utilizadas para auxiliar juízes na tomada de decisões. Reduzindo o tempo de tramitação dos processos e melhorando a consistência das decisões judiciais.
- C** A utilização das ferramentas para auxiliar juízes na tomada de decisões reduz o tempo de tramitação dos processos e melhora a consistência das decisões judiciais.
- D** As ferramentas são utilizadas para auxiliar juízes na tomada de decisões. O que reduz o tempo de tramitação dos processos e melhora a consistência das decisões judiciais.
- E** As ferramentas são utilizadas para auxiliar juízes na tomada de decisões, que reduzem o tempo de tramitação dos processos e melhora a consistência das decisões judiciais.

Questão 9

No trecho “que os benefícios sejam distribuídos de forma equitativa e que os riscos sejam adequadamente gerenciados” (último período do quarto parágrafo do texto CG2A1), as orações iniciadas pelo vocábulo “que” classificam-se sintaticamente como

- A** subordinadas adverbiais finais.
- B** subordinadas substantivas objetivas diretas.
- C** coordenadas sindéticas aditivas.
- D** subordinadas adjetivas explicativas.
- E** subordinadas adjetivas restritivas.

Questão 10

No último período do quarto parágrafo do texto CG2A1, a palavra “equitativa” está empregada com o mesmo sentido de

- A** positivista.
- B** legal.
- C** parcial.
- D** impessoal.
- E** justa.

Questão 11

Considerando as regras gramaticais relativas à concordância e à colocação pronominal, assinale a opção em que é apresentada uma proposta de reescrita gramaticalmente correta e coerente para o seguinte trecho do texto CG2A1: “os desafios associados ao seu uso não podem ser ignorados” (primeiro período do último parágrafo).

- A** não se podem ignorarem os desafios associados ao seu uso
- B** não podem ignorar os desafios associados ao seu uso
- C** não se podem ignorar os desafios associados ao seu uso
- D** não pode-se ignorarem os desafios associados ao seu uso
- E** não podem ignorarem-se os desafios associados ao seu uso

Questão 12

A correção gramatical do texto CG2A1 seria mantida, sem prejuízo de seu sentido, caso a expressão “ao seu uso” (primeiro período do último parágrafo) fosse substituída por

- A** em seu uso.
- B** mediante seu uso.
- C** por seu uso.
- D** com o seu uso.
- E** à seu uso.

Espaço livre

Texto CG2A2-I

BONS DIAS!

Eu pertenço a uma família de profetas, *après-coup*, *post factum*, depois do gato morto, ou como melhor nome tenha em holandês. Por isso digo, juro se necessário for, que toda a história desta lei de 13 de maio estava por mim prevista, tanto que na segunda-feira, antes mesmo dos debates, tratei de alforriar um molecote que tinha seus dezoito anos, mais ou menos. Alforriá-lo era nada; entendi que, perdido por mil, perdido por mil e quinhentos, e dei um jantar.

Neste jantar, a que meus amigos deram o nome de banquete, em falta de outro melhor, reuni umas cinco pessoas, conquanto as notícias dissessem trinta e três (anos de Cristo), no intuito de lhe dar um aspecto simbólico.

No golpe do meio (*coupe do milieu*, mas eu prefiro falar a minha língua) levantei-me eu com a taça de champanha e declarei que, acompanhando as ideias pregadas por Cristo, há dezoito séculos, restituía a liberdade ao meu escravo Pancrácio; que entendia que a nação inteira devia acompanhar as mesmas ideias e imitar o meu exemplo; finalmente, que a liberdade era um dom de Deus que os homens não podiam roubar sem pecado.

Pancrácio, que estava à espreita, entrou na sala, como um furacão, e veio abraçar-me os pés. Um dos meus amigos (creio que ainda meu sobrinho) pegou de outra taça e pediu à ilustre assembleia que correspondesse ao ato que acabava de publicar brindando ao primeiro dos cariocas. Ouvi cabisbaixo: fiz outro discurso agradecendo, e entreguei a carta ao molecote. Todos os lenços comovidos apanharam as lágrimas de admiração. Caí na cadeira e não vi mais nada. De noite, recebi muitos cartões. Creio que estão pintando o meu retrato, e suponho que a óleo.

No dia seguinte, chamei o Pancrácio e disse-lhe com rara franqueza:

— Tu és livre, podes ir para onde quiseres. Aqui tens casa amiga, já conhecida, e tens mais um ordenado, um ordenado que...

— Oh! meu senhô, fico.

— Um ordenado pequeno, mas que há de crescer. Tudo cresce neste mundo: tu crescestes imensamente. Quando nasceste eras um pirralho deste tamanho; hoje estás mais alto que eu. Deixa ver; olha, és mais alto quatro dedos...

— Artura não qué dizê nada, não, senhô...

— Pequeno ordenado, repito, uns seis mil-réis: mas é de grão em grão que a galinha enche o seu papo. Tu vales muito mais que uma galinha.

— Justamente. Pois seis mil-réis. No fim de um ano, se andares bem, conta com oito. Oito ou sete.

Pancrácio aceitou tudo: aceitou até um peteleco que lhe dei no dia seguinte, por me não escovar bem as botas; efeitos da liberdade. Mas eu expliquei-lhe que o peteleco, sendo um impulso natural, não podia anular o direito civil adquirido por um título que lhe dei. Ele continuava livre, eu de mau humor; eram dois estados naturais, quase divinos.

Tudo compreendeu o meu bom Pancrácio: daí para cá, tenho-lhe despedido alguns pontapés, um ou outro puxão de orelhas, e chamo-lhe besta quando lhe não chamo filho do diabo; cousas todas que ele recebe humildemente, e (Deus me perdoe!) creio que até alegre.

O meu plano está feito; quero ser deputado, e, na circular que mandarei aos meus eleitores, direi que, antes, muito antes de abolição legal, já eu em casa, na modéstia da família, libertava um escravo, ato que comoveu a toda a gente que dele teve notícia; que esse escravo, tendo aprendido a ler, escrever e contar, (simples suposição) é então professor de filosofia no Rio das Cobras; que os homens puros, grandes e verdadeiramente políticos, não são os que obedecem à lei, mas os que se antecipam a ela, dizendo ao escravo: *és livre*, antes que o digam os poderes públicos, sempre retardatários, trôpegos e incapazes de restaurar a justiça na terra, para satisfação do céu.

Boas noites!

Machado de Assis. 19 maio de 1888. In: *Obra Completa*.

Vol III. 3.ª ed. Rio de Janeiro: José Aguilar, 1973, p. 489 – 491 (com adaptações).

Questão 13

No texto CG2A2-I, o personagem-narrador

- A apresenta a libertação do escravo como ato de iniciativa própria, independente da decisão governamental, por considerá-lo vantajoso para seus planos pessoais, não por justiça a Pancrácio.
- B é um homem que tem a capacidade de antever acontecimentos, um profeta, propriedade divina que ele atribui a uma herança familiar.
- C assume, em um contexto de transição do escravismo para o trabalho assalariado, um comportamento verdadeiramente abolicionista, de benfeitor.
- D ressent-se de ter libertado o escravo em um ato *post factum*, o que, para ele, poderia comprometer sua superioridade moral e seu discernimento inusitados.
- E vê-se como um importante representante da corte, que gosta de contribuir financeiramente para a realização de confraternizações com alguma causa social.

Questão 14

Considerando aspectos gramaticais, semânticos e de natureza narrativa do texto CG2A2-I, assinale a opção correta em relação ao seu terceiro parágrafo.

- A No texto, o comentário do narrador-personagem acerca da simbologia do número “trinta e três” tem efeito narrativo jocoso e sugere a presença de religiosidade na imprensa da época.
- B O segmento “a que meus amigos deram o nome de banquete, em falta de outro melhor” pode ser reescrito, com correção e sem prejuízo semântico, como **em que meus amigos deram o nome de banquete**.
- C O conectivo “conquanto” introduz oração subordinada que denota um fato contrário ao da afirmação contida na oração principal, anulando-o.
- D No trecho “no intuito de lhe dar um aspecto simbólico”, o verbo “dar” é empregado com dois complementos e, no que se refere à significação, corresponde a **atribuir**.
- E Em “as notícias dissessem trinta e três”, a forma verbal “dissessem” poderia ser substituída, sem prejuízo do sentido original, por **estimassem**, termo que seria coerente com o cálculo estimado pelo narrador — “umas cinco”.

Questão 15

Ainda a respeito do terceiro parágrafo do texto CG2A2-I, assinale a opção correta.

- A O vocábulo “intuito” é paroxítono, identificando-se, em sua sílaba tônica, um ditongo decrescente, e não um hiato, por isso considera-se incorreção ortográfica sua grafia com acento gráfico na letra **i** — **intuíto**.
- B Por meio da expressão “em falta de outro melhor”, o personagem-narrador sugere que, no vocabulário da língua portuguesa, não há verbete que corresponda ao significado de “banquete”.
- C A expressão “em falta de outro melhor” poderia ser substituída, sem prejuízo de sentido e da correção gramatical, por **a falta de um melhor**.
- D No segmento “Neste jantar”, o vocábulo “Neste” indica tempo passado distante e estabelece relação coesiva com o parágrafo anterior.
- E A substituição da expressão “deram o nome” por **intitularam** ou **direcionaram** manteria tanto a correção gramatical do texto quanto a significação evocada pelo ato de **nomear**.

Questão 16

Assinale a opção correta em relação a aspectos linguísticos do segmento “e declarei que, acompanhando as ideias pregadas por Cristo, há dezoito séculos, restituía a liberdade ao meu escravo Pancrácio; que entendia que a nação inteira devia acompanhar as mesmas ideias e imitar o meu exemplo; finalmente, que a liberdade era um dom de Deus que os homens não podiam roubar sem pecado”, no quarto parágrafo do texto CG2A2-I.

- Ⓐ Em “a liberdade era um dom de Deus”, o emprego do verbo **ser** no pretérito imperfeito do indicativo é recurso de linguagem que denota referência a uma característica religiosa de época passada.
- Ⓑ As orações introduzidas pelo vocábulo “que” expressam uma sequência de circunstâncias de finalidade.
- Ⓒ Em “há dezoito séculos”, a substituição da forma verbal “há” por **fazem** manteria, sem prejuízo da correção gramatical, a ideia de tempo decorrido.
- Ⓓ O deslocamento do segmento “acompanhando as ideias pregadas por Cristo, há dezoito séculos”, com as vírgulas que o isolam, para a posição entre o vocábulo “e” e a forma verbal “declarei” não prejudicaria a correção gramatical do período.
- Ⓔ Nas estruturas “a nação inteira devia acompanhar” e “os homens não podiam roubar sem pecado”, observa-se emprego informal do pretérito imperfeito do indicativo para indicar ação hipotética.

Questão 17

Assinale a opção correta no que se refere aos aspectos linguísticos do seguinte trecho do texto CG2A2-I: “Pancrácio aceitou tudo: aceitou até um peteleco que lhe dei no dia seguinte, por me não escovar bem as botas; efeitos da liberdade.”

- Ⓐ O segmento “efeitos da liberdade” funciona sintaticamente como aposto, pois retoma e explica o termo “um peteleco”.
- Ⓑ O emprego do sinal de dois pontos sinaliza uma pausa breve entre os termos da oração e introduz um aposto — “aceitou até um peteleco”.
- Ⓒ A expressão temporal “no dia seguinte” poderia ser deslocada, com o devido ajuste de iniciais maiúsculas e minúsculas, para o início do período, sem prejuízo da correção gramatical ou dos sentidos do texto.
- Ⓓ Na estrutura “por me não escovar bem as botas”, o pronome átono pode ocupar, com correção, a posição proclítica ao verbo — **por não me escovar bem as botas** —, sem prejuízo do sentido, tampouco da correção gramatical.
- Ⓔ A estrutura “um peteleco que lhe dei” poderia ser reescrita, com correção gramatical e manutenção dos sentidos do texto, como **um peteleco que lhe foi dado**.

Questão 18

No que concerne a aspectos linguísticos do penúltimo parágrafo do texto CG2A2-I, assinale a opção correta.

- Ⓐ A estrutura oracional “mas os que se antecipam a ela” pode ser substituída, com correção e manutenção de sentido, por **mas aqueles que lhe antecipam**.
- Ⓑ Na estrutura “comoveu a toda a gente”, identifica-se um caso de complemento verbal direto, mas introduzido por preposição, em razão da presença do pronome indefinido “toda”.
- Ⓒ A sequência “a gente” classifica-se como elemento pronominal que equivale gramaticalmente a **nós**.
- Ⓓ A oração “tendo aprendido a ler”, que denota circunstância de condição, poderia ser corretamente substituída, sem prejuízo de sentido, por **aprendendo a ler**.
- Ⓔ Em “tendo aprendido a ler, escrever e contar”, o emprego da preposição “a” é facultativo, o que se comprova na sequência “escrever e contar”.

Questão 19

Em relação ao texto CG2A2-I, assinale a opção correta.

- Ⓐ Após ter sido alforriado, o personagem Pancrácio passou à condição de homem livre e trabalhador assalariado, o que, para o personagem-narrador, serviu de justificativa para o castigo físico ao qual o ex-escravizado foi submetido quando falhou no desempenho do trabalho caseiro.
- Ⓑ Devido à repercussão que o ato generoso do personagem-narrador teve entre os amigos que participaram do banquete, o anfitrião viu-se como um homem preparado para a vida pública, apostando, portanto, em sua candidatura a deputado.
- Ⓒ No texto, está implícita uma visão otimista da possibilidade de surgimento de uma nova sociedade, condicionada à atuação de homens livres.
- Ⓓ No texto, o personagem-narrador, um valoroso cidadão da corte, aponta, em tom de denúncia, as vicissitudes que enfrentou ao emancipar seu escravo Pancrácio.
- Ⓔ O autor cria, com base em fatos que remetem à corte, um personagem-narrador cínico, oportunista e sequioso de notoriedade no que se refere à causa abolicionista, mas afável e cristão no trato pessoal entre amigos.

Texto CG2A2-II

Lembremos que a concepção moderna dos direitos do homem nasce contra a violência ou os privilégios, contra os preconceitos que sustentam todas as formas de violência, sejam elas físicas, psíquicas, raciais, de gênero ou religiosas. Segundo a concepção moderna dos direitos, os homens são portadores de direitos por natureza (direito natural) e por efeito da lei positiva (direito civil), instituída pelos próprios homens. Essa diferença dos direitos é de grande envergadura porque lhes permite compreender uma prática política inexistente antes da modernidade e que se explicita, significativamente, em ocasiões muito precisas: a prática da *declaração dos direitos*.

A prática de *declarar* direitos significa, em primeiro lugar, que não é um fato óbvio para todos os seres humanos que eles são portadores de direitos e, por outro, que não é um fato óbvio que tais direitos devam ser reconhecidos por todos. Em outras palavras, a existência da divisão social (por exemplo, os grandes e o povo, em Maquiavel; as classes sociais, em Marx) permite supor que alguns possuem direitos e outros, não. A declaração de direitos inscreve os direitos na sociedade e na política, afirma sua origem social e política e se apresenta como objeto que pede o *reconhecimento* de todos, exigindo o *consentimento* social e político de todos. Esse reconhecimento e esse consentimento dão aos direitos a condição e a dimensão de direitos *universais*.

A prática política da declaração de direitos ocorre em ocasiões muito precisas. De fato, algumas declarações de direito ocorrem em situações revolucionárias, isto é, naqueles momentos em que o Baixo da sociedade se rebela contra o Alto e não mais reconhece a ordem vigente injusta: na Revolução Inglesa de 1640; na Independência dos Estados Unidos; na Revolução Francesa de 1789; na Revolução Russa de 1917. Também encontramos a declaração de direitos no período posterior à Segunda Guerra Mundial, isto é, ao fenômeno do totalitarismo nazista e fascista, com a Declaração Universal dos Direitos Humanos de 1948. Dessa maneira, os direitos dos homens se tornaram uma questão sociopolítica comprovada pelo fato de que as declarações dos direitos ocorrem nos momentos de profunda transformação social e política, quando os sujeitos sociopolíticos têm consciência de que estão criando uma sociedade nova ou defendendo a sociedade existente contra a ameaça de sua extinção. Não por acaso, portanto, no caso do Brasil, a luta pelos direitos humanos ganhou força social e política no combate à ditadura implantada em 1964 e aprofundada em 1969, com o Ato Institucional n.º 5.

Questão 20

Assinale a opção em que é apresentada proposta de reescrita gramaticalmente correta e coerente para o primeiro período do texto CG2A2-II.

- A Lembremos-nos que a concepção moderna dos direitos do homem nasce contra a violência ou os privilégios, contra os preconceitos, que se sustentam em todas as formas de violência, seja físicas, psíquicas, raciais, de gênero e religiosas.
- B Lembremos de que a concepção moderna dos direitos do homem nasce contra a violência ou os privilégios, contra os preconceitos que sustentam todas as formas de violência, sejam elas físicas, psíquicas, raciais, de gênero ou religiosas.
- C Lembremos-nos que a concepção moderna dos direitos do homem nasce ou contra a violência ou os privilégios, contra os preconceitos que sustentam todas as formas de violência, sejam elas físicas, psíquicas, raciais, de gênero, sejam religiosas.
- D Lembremo-nos de que a concepção moderna dos direitos do homem nascem contra a violência ou os privilégios, contra os preconceitos que sustentam todas formas de violência, sejam elas físicas, psíquicas, raciais, de gênero ou religiosas.
- E Lembremo-nos de que a concepção moderna dos direitos do homem nasce contra a violência ou os privilégios, contra os preconceitos que sustentam todas as formas de violência, sejam elas físicas, psíquicas, raciais, de gênero ou religiosas.

Questão 21

No que se refere à pontuação, seria mantida a correção gramatical do texto CG2A2-II caso se inserisse vírgula imediatamente depois do vocábulo

- A “óbvio”, em sua segunda ocorrência no primeiro período do segundo parágrafo.
- B “direitos”, em sua segunda ocorrência no penúltimo período do texto.
- C “sociedade”, em sua segunda ocorrência no penúltimo período do texto.
- D “envergadura”, no último período do primeiro parágrafo.
- E “humanos”, no primeiro período do segundo parágrafo.

Questão 22

Assinale a opção correta no que diz respeito a aspectos linguísticos do texto CG2A2-II.

- A A expressão “Dessa maneira” (penúltimo período do texto) é empregada como referência à ideia de que as declarações ocorrem em situações sociais muito precisas e as fixa no momento presente.
- B No segundo período do terceiro parágrafo, a expressão “De fato” introduz uma proposição que ratifica a veracidade do afirmado no período anterior, ao mesmo tempo em que amplia o seu alcance.
- C No trecho “não é um fato óbvio que tais direitos devam ser reconhecidos por todos” (primeiro período do segundo parágrafo), a autora emprega o modo subjuntivo para corroborar sua crítica à declaração de direitos.
- D No terceiro período do terceiro parágrafo, a expressão de esclarecimento introduzida pela locução explicativa “isto é” poderia ser reescrita, com correção gramatical, sem a preposição “a”: **o fenômeno do totalitarismo nazista e fascista**.
- E O segmento “todos os seres humanos” (primeiro período do segundo parágrafo) poderia ser substituído, com correção e sem prejuízo semântico, pela forma singular **todo o ser humano**.

Questão 23

Ainda considerando os aspectos linguísticos do texto CG2A2-II, assinale a opção correta.

- A No penúltimo período do texto, o emprego da preposição “contra”, em “contra a ameaça”, caracteriza-se como informal ou coloquial, sendo recomendável, para maior formalidade do texto, sua substituição por **de — de a ameaça**.
- B Estariam preservados os sentidos e a correção gramatical do texto caso o trecho “devam ser reconhecidos por todos” (primeiro período do segundo parágrafo) fosse reescrito como **devam ser reconhecidos a eles**.
- C O vocábulo “Também”, no terceiro período do último parágrafo, tem sentido de inclusão e admite uma interpretação de equivalência entre fatos, o que possibilita o entendimento de que a Segunda Guerra Mundial, assim como os movimentos revolucionários citados, foi um evento histórico que resultou na transformação da ordem social até então vigente.
- D No terceiro período do último parágrafo, a forma verbal “encontramos” evoca a ideia de **constatar a existência de algo em determinado lugar**.
- E A expressão “têm consciência” (penúltimo período do texto) poderia ser substituída, sem prejuízo da correção gramatical e dos sentidos do texto, pela forma verbal **conscientizam**.

Questão 24

Assinale a opção correta em relação a aspectos linguísticos do texto CG2A2-II.

- A No penúltimo período do texto, a oração “ou defendendo a sociedade existente” pode ser reescrita, sem prejuízo sintático ou semântico, como **para defender a sociedade**, já que ambas expressam ideia de finalidade.
- B No último período do texto, o deslocamento da conjunção “portanto”, com a vírgula que a sucede, para o início do período, feitos os devidos ajustes de letra inicial maiúscula e minúscula, manteria as relações estruturais e de sentido do texto.
- C No último período do texto, a estrutura nominal “no combate à ditadura” poderia ser substituída, com correção gramatical e manutenção da coerência textual, por **ao combater à ditadura**.
- D Mantendo-se a correção gramatical e os sentidos do texto, o trecho “nos momentos de profunda transformação social e política” (penúltimo período do texto) poderia ser reescrito como **nos momentos que há profunda transformação social e política**.
- E Na estrutura oracional “quando os sujeitos sociopolíticos têm consciência” (penúltimo período do texto), o termo “quando” expressa circunstância de proporcionalidade.

Questão 25

Assinale a opção correta acerca do controle da administração pública, considerados seu conceito, sua abrangência e suas espécies.

- Ⓐ Na esfera federal, o titular do controle externo é o Tribunal de Contas da União (TCU).
- Ⓑ A tutela administrativa confere à administração direta poder amplo para intervir nos atos das entidades da administração indireta.
- Ⓒ O controle judicial dos atos administrativos abrange tanto aspectos de legalidade quanto o exame do mérito administrativo, em qualquer situação.
- Ⓓ Ao tomarem conhecimento de irregularidade ou ilegalidade, os responsáveis pelo controle interno devem comunicá-la ao Tribunal de Contas da União (TCU), sob pena de responsabilidade solidária.
- Ⓔ O Ministério Público não integra o sistema de controle da administração pública, pois a Constituição Federal de 1988 não lhe atribui funções voltadas à proteção do patrimônio público ou ao controle da atividade administrativa.

Questão 26

Nos termos da Lei Orgânica do TCE/MS, monitoramento é o instrumento de fiscalização utilizado pelo tribunal para

- Ⓐ suprir omissões de informações ou esclarecer dúvidas.
- Ⓑ verificar o cumprimento de suas deliberações e os resultados delas advindos.
- Ⓒ coletar dados preliminares para escolha do instrumento de fiscalização.
- Ⓓ avaliar o desempenho de programas governamentais quanto à eficiência e à eficácia.
- Ⓔ examinar a legalidade e a legitimidade de atos de gestão em geral.

Questão 27

Segundo a Lei Orgânica do TCE/MS, a auditoria pode ser utilizada pelo tribunal para

- Ⓐ coletar informações preliminares sobre a organização das entidades jurisdicionadas.
- Ⓑ examinar a legalidade e a legitimidade dos atos de gestão, bem como avaliar o desempenho de órgãos, entidades e programas governamentais.
- Ⓒ acompanhar a execução orçamentária apenas do Poder Executivo estadual.
- Ⓓ verificar o cumprimento de deliberações do TCE/MS.
- Ⓔ suprir omissões e lacunas de informações sobre atos sujeitos ao controle do TCE/MS.

Questão 28

Conforme a Lei Orgânica do TCE/MS, uma das finalidades do acompanhamento, instrumento de fiscalização utilizado pelo tribunal, é

- Ⓐ verificar o cumprimento das deliberações do TCE/MS e os resultados delas advindos.
- Ⓑ realizar análise preliminar de dados e documentos para identificar o instrumento de fiscalização adequado.
- Ⓒ examinar exclusivamente os atos de gestão de pessoal praticados pelos jurisdicionados.
- Ⓓ examinar, ao longo de um período predeterminado, a legalidade e a legitimidade dos atos sujeitos ao seu controle.
- Ⓔ suprir omissões e lacunas de informações, esclarecer dúvidas ou apurar denúncias e representações.

Questão 29

No que se refere à competência dos tribunais de contas para apreciar, para fins de registro, os atos de admissão de pessoal e de aposentadoria, assinale a opção correta à luz do entendimento do Supremo Tribunal Federal (STF).

- Ⓐ Compete aos tribunais de contas apreciar, para fins de registro, as melhorias posteriores que não alterem o fundamento legal do ato concessório.
- Ⓑ O prazo para que os tribunais de contas façam o julgamento da legalidade dos atos de concessão inicial de aposentadoria, reforma ou pensão é de cinco anos, contados da chegada do processo à respectiva corte de contas.
- Ⓒ As nomeações para cargos comissionados devem ser submetidas à apreciação para fins de registro pelo tribunal de contas.
- Ⓓ O processo inicial de registro de aposentadoria deve observar o contraditório e a ampla defesa.
- Ⓔ O ato de aposentadoria é considerado composto.

Questão 30

Com base nas disposições da Lei Orgânica do TCE/MS referentes ao Ministério Público de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul (MPC/MS), assinale a opção correta.

- Ⓐ O Colégio de Procuradores, órgão administrativo e deliberativo máximo do MPC/MS, é composto pela totalidade de seus membros e presidido pelo procurador-geral.
- Ⓑ O procurador-geral não pode delegar competências aos demais membros do MPC/MS.
- Ⓒ Aos procuradores de contas é dispensado tratamento jurídico e protocolar diferenciado do aplicável aos membros do MPC/MS.
- Ⓓ Ao MPC/MS aplicam-se os princípios institucionais apenas da unidade e da independência funcional.
- Ⓔ O procurador de contas substituto terá direito à vitaliciedade após três anos da posse no cargo.

Questão 31

À luz do entendimento do STF acerca do exercício do controle de constitucionalidade de leis pelos tribunais de contas, assinale a opção correta.

- Ⓐ O STF admite que os tribunais de contas deixem de aplicar norma legal em razão de dúvida razoável sobre sua compatibilidade com a Constituição Federal de 1988.
- Ⓑ A jurisprudência do STF superou o entendimento contido na Súmula n.º 347, que permitia aos tribunais de contas o exercício do controle de constitucionalidade.
- Ⓒ A invocação da Súmula n.º 347 do STF permite que os tribunais de contas afastem qualquer norma legal que entendam inconstitucional.
- Ⓓ Os tribunais de contas podem afastar norma legal somente quando sua aplicação resultar em violação patente à Constituição Federal de 1988 ou contrariar jurisprudência consolidada do STF.
- Ⓔ O STF reconheceu que os tribunais de contas podem exercer controle abstrato de constitucionalidade.

Questão 32

Em relação às funções constitucionais dos tribunais de contas, assinale a opção correta.

- Ⓐ A função corretiva inclui ações como a emissão de determinações e recomendações aos órgãos jurisdicionados, fixação de prazos, adoção de medidas cautelares e sustação de atos irregulares.
- Ⓑ A função fiscalizadora não engloba os registros de atos de admissão de pessoal e de concessão de aposentadorias.
- Ⓒ O desempenho da função judicante ou julgadora depende de aprovação do Poder Legislativo.
- Ⓓ A função de ouvidoria não guarda nenhuma relação com o controle interno.
- Ⓔ No desempenho da função sancionadora, não é preciso observar o contraditório e a ampla defesa.

Questão 33

A respeito da eficácia das decisões dos tribunais de contas e da possibilidade de revisão dessas decisões pelo Poder Judiciário, assinale a opção correta.

- Ⓐ O controle judicial sobre as decisões de tribunal de contas estadual é amplo e irrestrito.
- Ⓑ O Ministério Público de Contas tem legitimidade para executar decisão de tribunal de contas estadual.
- Ⓒ O Poder Judiciário pode anular decisões de tribunal de contas estadual que ofendam o contraditório ou a ampla defesa.
- Ⓓ Multas aplicadas por tribunal de contas estadual a agentes municipais por dano ao erário de município serão executadas pelo respectivo estado.
- Ⓔ Toda decisão de tribunal de contas estadual tem eficácia de título executivo.

Questão 34

Com base no disposto no Regimento Interno do TCE/MS, assinale a opção correta a respeito das consultas formuladas a esse tribunal de contas.

- Ⓐ A solução da consulta formalizada no parecer-C constitui-se em pré-julgado da tese, e não do fato ou caso concreto.
- Ⓑ Apenas os chefes dos Poderes do estado do Mato Grosso do Sul podem formular consulta ao TCE/MS.
- Ⓒ É admissível consulta sobre um caso concreto.
- Ⓓ Compete ao relator fazer o juízo de admissibilidade da consulta.
- Ⓔ No processamento da consulta, não há manifestação do Ministério Público de Contas.

Questão 35

A respeito das contas prestadas anualmente pelos governadores de estado, assinale a opção correta conforme a jurisprudência do STF.

- Ⓐ As contas anuais prestadas pelos governadores e julgadas pelo Poder Legislativo dos estados são classificadas como contas de gestão.
- Ⓑ O julgamento das contas anuais do chefe do Poder Executivo estadual é competência exclusiva do tribunal de contas do estado, mesmo quando extrapolado o prazo para emissão do parecer prévio.
- Ⓒ A emissão do parecer prévio sobre as contas anuais do governador pelo tribunal de contas do estado tem caráter vinculante para o Poder Legislativo estadual.
- Ⓓ Atraso desarrazoado do tribunal de contas do estado na emissão do parecer prévio sobre as contas anuais do governador não impede o Poder Legislativo estadual de exercer sua competência para julgá-las.
- Ⓔ A ausência de parecer prévio do tribunal de contas do estado sobre as contas anuais do governador impede o Poder Legislativo estadual de julgá-las.

Questão 36

Acerca da estrutura do TCE/MS, conforme o disposto em sua Lei Orgânica, assinale a opção correta.

- Ⓐ A estrutura funcional do TCE/MS é formada exclusivamente pelo Corpo Deliberativo, pela Presidência e pela Auditoria.
- Ⓑ O MPC/MS atua como instituição essencial à atividade de controle externo no âmbito do TCE/MS.
- Ⓒ A Escola Superior de Controle Externo (ESCOEX) integra a Auditoria.
- Ⓓ Os auditores de controle externo compõem a Auditoria.
- Ⓔ O MPC/MS integra a estrutura do TCE/MS e está vinculado à Presidência dessa corte de contas.

Questão 37

Com base no Manual de Auditoria Operacional do TCE/MS, aprovado pela Resolução TCE/MS n.º 109/2019, assinale a opção correta.

- Ⓐ Não é possível a realização de auditoria para levantamento no âmbito de auditoria operacional.
- Ⓑ Economicidade consiste na alternativa mais racional para a solução de determinado problema, considerando-se preço × qualidade.
- Ⓒ Efetividade corresponde ao grau de realização dos objetivos e das metas.
- Ⓓ Auditoria operacional é uma avaliação independente e objetiva em que se verifica se ações do governo estão sendo executadas com economicidade, eficiência e efetividade, mas não tem como escopo o aperfeiçoamento dessas ações.
- Ⓔ A auditoria operacional não pode ser parte de uma auditoria combinada.

Espaço livre

Questão 38

Acerca da proposta de encaminhamento prevista no Manual de Fiscalização aprovado pela Resolução TCE/MS n.º 229/2024, assinale a opção correta.

- Ⓐ As sugestões da proposta de encaminhamento podem ser genéricas, como “Adoção de medidas saneadoras para eliminação das falhas encontradas.” ou “Observância à legislação em vigor.”, sem necessidade de mencionar providências específicas para o caso concreto.
- Ⓑ A proposta de encaminhamento é a seção do relatório de fiscalização na qual a equipe de fiscalização enumera as propostas de medidas preventivas, corretivas, processuais ou materiais, para avaliação pelo relator ou colegiado.
- Ⓒ Devem ser propostas medidas corretivas que alcancem as causas dos achados de auditoria, sendo dispensável sugerir aprimoramentos dos controles internos ou da gestão.
- Ⓓ São facultativas as referências aos achados de auditoria quanto à indicação do número do subtítulo em que cada um deles é tratado no relatório.
- Ⓔ As proposições deverão ser extraídas exclusivamente da matriz de responsabilização, sendo dispensada a matriz de achados.

Questão 39

Considerando o disposto no Código de Ética dos Servidores do TCE/MS, assinale a opção correta.

- Ⓐ Ao presidente do TCE/MS compete estabelecer normas e procedimentos para instrução do rito de condução de processo ético para verificação de condutas relatadas em representação junto à Corregedoria-Geral.
- Ⓑ Compete à Comissão de Ética apurar condutas de agentes públicos em exercício no TCE/MS, instruir e conduzir processos éticos, sem eximir-se de fundamentar as proposições de aplicação de sanção ética.
- Ⓒ A Comissão de Ética é formada por quatro membros, com igual número de suplentes.
- Ⓓ O citado código de ética não se aplica aos agentes públicos que prestam serviço a essa corte de contas em caráter temporário e de forma não remunerada.
- Ⓔ Os fatos e atos verificados na conduta cotidiana da vida privada do agente público que presta serviço ao TCE/MS não poderão influenciar no conceito de sua vida funcional.

Questão 40

Em relação à matriz de responsabilização, assinale a opção correta de acordo com o Manual de Fiscalização aprovado pela Resolução TCE/MS n.º 229/2024.

- Ⓐ Nessa matriz, os responsáveis por irregularidade devem ser identificados mediante sua qualificação e o período de exercício no cargo, sem necessidade de se incluírem eventuais responsáveis solidários.
- Ⓑ Essa matriz deve ser revisada pelo supervisor e não pode ser alterada pelo coordenador da equipe.
- Ⓒ A mencionada matriz deve ser preenchida sempre que houver achados que configurem irregularidades ou impropriedades.
- Ⓓ Nos casos de omissão, basta identificar, na referida matriz, o dispositivo legal ou regulamentar que atribui ao responsável a competência não exercida.
- Ⓔ A inexistência de nexo de causalidade implica que o agente não pode ser responsabilizado pelo resultado.

Espaço livre